

A Efetividade da Educação no Estado do Ceará: Estudo Realizado no Colégio da Polícia Militar do Ceará

Autores:

**Antonio Walberto
Gadelha** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Francisco Horacio da
Silva Frota** – Doutor
em Sociologia -
Universidad de
Salamanca

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a efetividade da educação pública, especificamente no Estado do Ceará, e o que as políticas públicas nessa área têm contribuído para mudar a realidade da vida de crianças e jovens que dependem da escola pública para o seu desenvolvimento. O objeto da investigação é o Colégio da Polícia Militar, criado em 1997, suas práticas pedagógicas, sua gestão, os resultados alcançados, a visão de pais de alunos e professores. A demarcação temporal estabelecida nesta pesquisa está entre os anos de 2007 a 2012, período no qual foram realizadas as análises sobre os resultados da educação e precisamente em 2012 a pesquisa realizada com pais de alunos e professores. As fontes de pesquisas utilizadas foram bastante diversas, constituindo-se de pesquisas bibliográficas e documentais, em especial nos “sites” oficiais, como do Ministério da Educação, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará e da Secretaria de Educação do Ceará, entre outros, além da pesquisa de campo, a qual foi materializada por meio de dois questionários: o primeiro destinado aos pais de alunos e o segundo, destinado aos professores. O referencial teórico se fundamenta na história da educação no Brasil, em especial no pensamento de Ghiraldelli Júnior, e no Ceará, no trabalho de Antenor Napolini. Quanto aos modelos de gestão recorreu-se aos ensinamentos de Marcos Holanda e Sylvie Trosa. Os resultados mostram interessantes aspectos da educação no Estado no Ceará e no Colégio da Polícia Militar, como melhoria dos principais indicadores de desempenho e avaliação positiva feita por pais de alunos e professores.

Palavras-chave: Sistema de ensino. Colégio militar. Gestão pública. Educação. Ensino público.

Abstract

This study aims to examine the effectiveness of public education, specifically in the state of Ceará, and with what public policies in this area have contributed to change the reality of the lives of children and young people who depend on the public school for their development. The research object is the College of Military Police, created in 1997, their teaching, their management, the results achieved, the sight of parents of students and teachers. The temporal demarcation established in this study is between the years 2007 to 2012, during which analyzes were carried out on the results of education and in 2012 precisely to research conducted with parents of students and teachers. The research sources used were very diverse, becoming bibliographic and documentary research, especially in the official sites such as the one of the Ministry of Education, the Department of Planning and Management of Ceará and the Department of Education of Ceará, among others in addition to the field research, which was materialized through two questionnaires: one intended for parents of students and the second for teachers. The theoretical framework is based on the history of education in Brazil, especially in the thought of Ghiraldelli Junior, and Ceará, in the work of Antenor Napolini. As for management models appealed to the teachings of Mark Holland and Sylvie Trosa. The results show interesting aspects of education in the Ceará State College and Military Police, as improvement in key performance indicators and positive evaluation made by parents of students and teachers.

Keywords: Education system. Military college. Public management. Education. Public Education.

Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar a efetividade do sistema de educação do Estado do Ceará sob a ótica da Gestão Pública por Resultados, tendo como objeto de foco de análise o Colégio da Polícia Militar (CPMCE), no período de 2007 a 2012.

Além disto, propõe-se também a conhecer o sistema público de ensino brasileiro e, dentro dele, o surgimento dos Colégios Militares; avaliar a relação do Colégio da Polícia Militar com os pais e professores; conhecer aspectos atinentes ao nível de satisfação de pais e professores sobre o ensino nessa instituição; compreender o sentido da Gestão Pública por Resultados e sua aplicação na educação do Estado do Ceará; analisar os resultados dos principais indicadores do Colégio da Polícia Militar; e conhecer a sua estrutura organizacional e o seu modelo administrativo e pedagógico.

No amplo sistema de educação brasileiro, pode-se observar a participação dos Colégios Militares em praticamente todos os Estados da Federação, seja por meios das unidades de ensino federal, como os Colégios do Exército Brasileiro, seja por unidades de ensino estaduais, como os colégios das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares.

No Estado do Ceará, o Colégio Militar inicialmente surgiu na Polícia Militar em 2007, sendo integrado em seguida ao sistema de ensino do Estado e tendo por objetivo inicial fortalecer a relação da Polícia Militar com a comunidade e propor um ensino público voltado aos dependentes de militares estaduais e aos filhos de civis de um modo geral.

Assim, considerando que os Colégios Militares integram a rede de ensino público no Brasil, é importante o estudo sobre essas instituições, principalmente quanto aos aspectos do modelo de gestão, dos resultados e do relacionamento com a comunidade, com os pais e os alunos.

Na persecução dos propostos deste trabalho, procuramos dividi-lo em cinco capítulos de modo que fosse possível proporcionar maior compreensão e ordenamento das ideias aqui expostas. No primeiro capítulo, procuramos apresentar aspectos do sistema de ensino público em nosso país, falando dos referenciais históricos, da organização e da estrutura atual do ensino brasileiro e, por último, mostramos o sistema de educação no Estado do Ceará a partir do ano 1995.

No segundo capítulo, falamos sobre o Colégio da Polícia Militar perante o sistema de educação do Estado do Ceará. Em seguida, o terceiro capítulo aborda a temática da Gestão Pública por Resultado na educação, sua concepção geral e uma análise da educação do Estado do Ceará sob a ótica dos seus principais indicadores de resultado.

Para tratar especificamente do Colégio da Polícia Militar, utilizamos o quarto capítulo, no qual é possível analisar os resultados alcançados pelos alunos e seus principais indicadores de ensino.

Por fim, trataremos no quinto capítulo, da pesquisa realizada com os pais de alunos e professores do Colégio da Polícia Militar. Essa pesquisa procura buscar algumas respostas para questões atinentes à gestão e o modelo pedagógico do colégio, como administração, disciplina e estrutura baseada em padrões militares.

Assim, não é nossa intenção comparar os modelos administrativos e pedagógicos dos colégios militares com os colégios da rede regular de ensino do Estado do Ceará para saber qual deles é o melhor, mas, tão somente, conhecer e entender esses modelos de modo que tenhamos condições de aproveitar suas experiências positivas em favor de uma educação com mais qualidade e efetividade, fundamentada em práticas pedagógicas próximas à realidade dos alunos e da sociedade.

1 O sistema de ensino público no Brasil

1.1 Aspectos históricos

Para entender as ideias pedagógicas e o sistema de ensino público, é importante conhecer um pouco a história da educação no Brasil. Na visão de Ghiraldelli Junior (2006, p. 24), a educação brasileira teve seu início propriamente dito com o fim do regime de capitanias e a implantação do Governo Geral por D. João III. Na primeira administração do Governo Geral, chegaram ao nosso país os pioneiros da nossa educação. Freitas Neto *apud* Monteiro (2006, p. 28) assim se expressa:

Os primeiros membros da Companhia de Jesus, os jesuítas, chegaram às nossas terras na comitiva de Tome de Souza, em 1549, liderados pelo missionário Manoel da Nóbrega.

Para Ghiraldelli Junior (2006, p. 25), o trabalho do Padre Manoel da Nóbrega como educador foi de incrível pioneirismo, tendo instituído a instrução e a catequese dos indígenas, bem como alguma instrução aos filhos dos colonos brancos e mestiços.

Por aproximadamente duzentos anos, a educação no Brasil ficou confiada aos jesuítas.

Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. [...] Quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e, portanto, de suas colônias, em 1759, tínhamos em nosso país mais de cem estabelecimentos de ensino... (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p. 26)

Foi somente com a vinda da família real para o Brasil que o país passou a ter de uma política de educação. Isto se deve ao fato de que a permanência da corte no Brasil exigia, além de melhores condições para garantir a própria sobrevivência dos entes reais, maior participação do Estado na promoção das políticas públicas voltadas para a educação, a saúde e a segurança das pessoas.

O Período Imperial foi marcado por dois fatos importantes: o primeiro foi a Independência, proclamada por D. Pedro I, logo após a volta da corte para Portugal; e o segundo, a outorga da Constituição de 1824, que trouxe um tópico

específico sobre a educação. Para Ghiraldelli Junior (2006, p. 28), essa Constituição inspirava a ideia de um sistema nacional de educação no qual o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades, mas pecava pela carência de professores e recursos que pudessem tornar o ensino para todos. Vejamos o que diz Helena Silva *apud* Arruda Filho (2004, p. 35):

No período imperial, sob forte influência europeia, foi outorgada, em 1824, a primeira Constituição Brasileira, com garantias a todos os cidadãos a instrução primária gratuita (art. 179, 32).

No final desse período histórico, mas precisamente em 1888, foi criado por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Colégio Militar no Brasil, que tinha por objetivo proporcionar a educação dos filhos órfãos de militares mortos ou incapacitados em decorrência dos conflitos da Guerra do Paraguai.

Em 1889, foi proclamada a República no Brasil. Nessa época, por meio da Constituição Republicana de 1891, foi instituído o sistema federativo de governo e adotado o modelo republicano americano baseado no sistema presidencialista. Diante da crescente modernidade e visível industrialização, era necessário escolarizar o país, pois em 1920 o analfabetismo era algo preocupante, tendo em vista que 75% da população em idade escolar ou mais era analfabeta.

No governo de Getúlio Vargas foram implementadas importante medidas para a educação, como a criação do Ministério da Educação, a regulamentação do ensino no país e a criação do Conselho Nacional de Educação.

Somente em 1961 é que foi aprovada a Lei 4024/61, a primeira LDB do Brasil, que, na visão de Ghiraldelli Junior (2006, p. 98), garantiu igualdade de tratamento por parte do Poder Público para os estabelecimentos oficiais e os particulares. Essa lei garantia que as verbas públicas poderiam, inexoravelmente, ser carregadas para a rede particular de ensino em todos os graus.

Em 1971, foi aprovada a lei que daria ao país a sua segunda LDB, a lei 5692/71, que introduziu a profissionalização do ensino médio no Brasil. Segundo Ghiraldelli Junior (2006, p. 124, 125), a Lei 5692/71 não significou uma ruptura completa com a Lei 4024/61, tendo inclusive incorporado os seus objetivos gerais

de ensino, todavia transformou o Segundo Grau basicamente em ensino profissionalizante.

Com a redemocratização do país foi promulgada a Constituição de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB/96, que orienta o ensino em nosso país até os dias atuais e que passaremos a analisar com mais propriedade no tópico seguinte.

1.2 Organização e Estrutura atual do Ensino no Brasil

Passaremos neste tópico a discorrer sobre a atual organização e estrutura do ensino no Brasil, enfatizando principalmente os aspectos legais, todavia objetivando proporcionar uma visão geral do tema.

Inicialmente é importante frisar que a Constituição de 1988, no seu art. 6º, classificou a educação como um direito social, ou seja, um direito originário e imprescritível, não tendo origem em qualquer concessão por parte do Estado, senão vejamos: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

Todavia é no Capítulo III, Art. 205 a 214 da Constituição de 1988, onde são traçadas as linhas que norteiam a educação no Brasil, de onde também decorrem as demais legislações. Para fins deste estudo, é interessante conhecermos os seguintes artigos da Constituição de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. [...]

Com base nos dispositivos constitucionais citados acima, no ano de 2006, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) – LDB, que, em síntese, trata da organização geral da educação brasileira.

Para Ramal (1997), a nova LDB representa um passo à frente no âmbito da descentralização do processo educativo, dando certa autonomia às escolas e flexibilizando também a gestão dos centros de ensino superior.

1.3 O sistema de educação do Estado do Ceará a partir da reforma de 1995

O sistema de educação do Estado do Ceará caminhou em sua evolução paralelamente ao sistema de ensino brasileiro.

Para Naspolini (2001, p. 169), com o processo de redemocratização do país, em 1985, teve início no Estado do Ceará um movimento político-econômico que veio a chamar-se *mudancismo*, que se contrapôs ao *coronelismo* (1968-1986). O mudancismo tem sido marcado por uma série de reformas de estado (Administrativa e Fiscal, 1986-1990; Saúde, 1986-1990; Infra-estrutura e Privatizações, 1991-1999 e Educacional, 1995-2000).

Como podemos observar, a reforma da educação básica no Ceará antecede a LDB/96 e, conforme Silva (2004, p. 73), propôs mudanças do paradigma de gestão centralizada para o fortalecimento da descentralização e autonomia escolar. Ainda segundo a autora, elegia-se, desta forma, o modelo de gestão colegiada, concebendo-se uma política educacional norteadas a partir dos princípios oriundos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, quais sejam: Todos pela Educação, o pilar da participação; Educação para Todos, o pilar da universalização e Educação de Qualidade.

Em 1995, o sistema de ensino no Estado do Ceará ficou assim formatado: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e as

modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação indígena ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Educação (SEDUC). O ensino superior e a educação profissional ficaram com a recém-criada Secretaria de Ciências e Tecnologia do Ceará (SECITECE), que tem por objetivos: planejar, fiscalizar, coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à educação superior, à educação profissional, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do Estado

Naquela década, várias ações foram implementadas pelo governo do Estado no sentido de efetivar a reforma proposta, bem como adaptar-se às regras da nova LDB/96. Segundo Napolini (2001, p. 172), dos resultados alcançados podem ser destacados:

- *Universalização do acesso de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos ao ensino fundamental (98%);*
- *Promoção do acesso de 92% da população de 15 a 17 anos à escola, sendo que 27% no ensino médio no ano de 2000;*
- *Democratização da escola pública, com a implantação dos Conselhos Escolares em todas as escolas estaduais e com realização de eleição de diretores em toda a rede estadual de ensino nos anos de 1995 e 1998;*
- *Descentralização da gestão, planejamento e acompanhamento educacional com a criação dos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação;*

Assim, podemos perceber que a reforma do ensino básico no Estado do Ceará promovida a partir de 1995 e a instituição da LDB/96, propiciaram melhores condições para o desenvolvimento da educação em todos os níveis. Abaixo segue um gráfico que mostra o comportamento do acesso ao ensino fundamental entre os anos de 1987 a 2000, destacando o número de alunos das escolas públicas e privadas.

2. Os colégios militares estaduais

Para falarmos dos colégios das corporações militares estaduais, é importante inicialmente conhecermos o papel das instituições militares estaduais no cenário nacional. Para tanto, devemos saber que a Constituição Brasileira de 1988

traz no seu Art. 144 a competência, a vinculação e a subordinação dessas Organizações. Sobre a competência, o § 5º diz que cabem às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. O § 6º afirma que as polícias militares e os corpos de bombeiros são forças auxiliares e reserva do Exército, portanto existe uma vinculação hierárquica entre essas organizações, haja vista que os integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares são, para todos os efeitos legais, militares.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades (BRASIL, 1988).

O § 7º preconiza que a lei discipline a organização dos órgãos de segurança. No caso das polícias e corpos de bombeiros militares, por serem organizações estaduais, cabe aos Estados membros da Federação disciplinar a sua organização por meio de legislação própria.

A legislação própria das organizações militares estaduais se referem a vários aspectos da vida dessas instituições, como estruturação organizacional, disciplina e conduta dos seus integrantes, normas administrativos, técnicas profissionais, ensino e instrução, uniformes, entre outros.

Assim, seguindo o exemplo do Exército Brasileiro, as políticas e corpos de bombeiros militares também criaram e organizaram seus Colégios Militares de acordo com os recursos que lhes foram destinados para esse fim.

2.1 O Colégio da Polícia Militar do Ceará (CPMGEF)

Assim como em outras instituições militares estaduais, a Polícia Militar do Ceará também seguiu a trajetória do ensino público voltado para crianças e jovens do nosso Estado. A criação do CPMCE foi a realização de um sonho que há muito permeava a instituição, pois existia uma necessidade real da organização proporcionar uma melhor qualidade de vida para os policiais militares e seus dependentes.

A origem do Colégio da Polícia Militar remonta na realidade ao século passado, quando a Lei 4.945, de 6 de setembro de 1960, criou o então Ginásio Estadual da Polícia Militar, que funcionou nas instalações onde hoje é a Escola de Ensino Fundamental e Médio Hermínio Barroso, localizada na Rua Pe. Guilherme Wassen, 800, no bairro de Antônio Bezerra, em Fortaleza. Essa instituição de ensino funcionou por alguns anos, mas foi transferida para a Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, no entanto a lei permaneceu em vigor.

Em 1997, trinta e sete anos depois da Lei que criou o Ginásio Estadual, o Comando Geral da PMCE, por meio da Portaria GC/96/58/Novembro/96 e em consonância (por meio de convênio) com a Secretária de Educação do Estado, iniciou novamente as atividades do Ginásio Estadual, o qual passou a funcionar com o nome de Colégio da Polícia Militar, um feito de grande repercussão no seio da instituição e da sociedade cearense.

Reiniciando as atividades em 1997 e já estando em pleno funcionamento, o Colégio da Polícia Militar legalmente passou a existir somente com a promulgação da Lei 12.999, de 14 de janeiro de 2000, que criou os dois colégios militares do Estado do Ceará, o da PMCE e o do Corpo de Bombeiros.

Posteriormente, o Decreto nº 26.052, de 10 de novembro de 2000, veio regulamentar a Lei 12.999/00, estabelecendo normas quanto à estrutura e ao funcionamento dos colégios militares estaduais. Como é possível observar no Art. 2º, a Lei extinguiu o antigo Ginásio Estadual para então criar o Colégio da Polícia Militar:

Art.1º - Ficam criados dois colégios militares estaduais, com as seguintes denominações: I - o Colégio da Polícia Militar, integrando a estrutura organizacional da Polícia Militar do Ceará; e, II - o Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, integrando a estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

Art.2º - O Colégio da Polícia Militar absorverá o corpo de alunos do atual Colégio da Polícia Militar do Ceará, instituição de educação criada nos termos da Lei estadual nº 4.945, de 9 de setembro de 1960, que fica extinta.

2.2 O CPMCE no sistema de educação do Ceará

É importante frisar que o Art. 4º do Decreto nº 26.052/00 estabelece que os colégios militares do Estado do Ceará fazem parte do sistema de ensino estadual, portanto sujeitos às mesmas regras da educação pública, inclusive quanto à atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art.4º - Os colégios militares estaduais integram o sistema de ensino estadual e seu regular funcionamento será objeto de autorização ou reconhecimento perante o Conselho Estadual de Educação.

Confirmando a inserção dos colégios militares estaduais no sistema de ensino público do Estado do Ceará, a Lei 12.999, de 14 de janeiro de 2000, assim se refere no seu Art. 3º:

Art. 3º. Os colégios militares estaduais poderão receber da Secretaria da Educação Básica e da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania recursos humanos, patrimoniais e financeiros para garantia de bom funcionamento, submetendo-se, ordinariamente, às fiscalizações e orientações emanadas da Administração Pública Estadual.

No capítulo seguinte faremos uma abordagem sobre a gestão pública na educação, enfatizando as novas concepções administrativas e os novos objetivos do poder público com as políticas educacionais.

3 Gestão Pública Por Resultados (GPR) Na Educação

Neste capítulo pretendemos introduzir conceitos e entendimentos importantes para a compreensão e análise das políticas públicas. A gestão pública por resultados esta estreitamente relacionada a questão do planejamento e constitui-

se numa forma lógica de avaliar o desempenho das ações do Estado, por isso a necessidade de apresentar nesse momento do trabalho seus aspectos relevantes. A partir dessa compreensão é possível entender os motivos que nos motivou para o estudo deste tema.

3.1 Concepção Geral da GPR

A eficiência na administração dos recursos públicos é uma exigência antiga da sociedade brasileira e não pode ser vista mais como a exceção do bom administrador, mas como a regra a ser perseguida por todos que compõem a administração pública. A população, aos poucos e de maneira contínua, vem tomando consciência do seu papel como agente ativo de fiscalização e controle e, mais do que isso, vem cobrando resultados efetivos dos seus administradores.

A concepção da GPR, ou gestão gerencial, parte do pressuposto de que a administração pública ao oferecer produtos e serviços aos cidadãos deva fazê-lo com base num planejamento prévio focado em resultados, ou seja, na efetividade das ações, tendo como valores a ética e a transparência.

3.2 Origem e conceito

Para Holanda (2006, p 38), a Gestão por Resultado (GPR), como ficou conhecida a administração gerencial baseada nos resultados, é um modelo em que o setor público passa a adotar uma postura empreendedora, voltando-se para o cidadão como cliente e buscando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência. É uma gestão que busca reduzir custos para a sociedade e compromete o Estado com a satisfação dos cidadãos.

Conforme foi exposto na seção anterior, o princípio da eficiência, além de ser o mais novo princípio da administração pública brasileira, pode ser considerado como o marco divisor para a gestão gerencial e deve ser aplicado em todos os níveis da administração pública.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade

e eficiência e, também, ao seguinte (grifo nosso): [...] (CF/1988, Art 37, caput)

No entendimento de Lima (Revista Ceará Pública, p.19), a eficiência é o uso da melhor forma do recurso disponível, independente de ter muito ou pouco e pressupõe mudança de atitude; significa presteza, perfeição e rendimento funcional e tem por objetivo o satisfatório atendimento das necessidades públicas e os resultados positivos do serviço público. Eficiência seria, pois, a relação entre os recursos utilizados e o produto obtido; seria, por exemplo, adquirir para a administração pública produtos de boa qualidade a preços compatíveis.

3.3 A GPR voltada para a Educação no Ceará

Na educação, assim como nas demais funções de governo, a administração procura identificar, analisar e dar respostas aos problemas de educação da sociedade, especificamente no Estado do Ceará, da educação básica.

Atualmente o Governo do Estado do Ceará, segundo o Relatório de Desempenho Setorial – RDS 2011, da SEDUC, estabeleceu os seguintes resultados da educação no eixo governamental “Sociedade Justa e Solidária”: a) o fortalecimento do regime de colaboração com foco na alfabetização das crianças na idade certa; b) a melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis; c) e a diversificação da oferta do ensino médio e sua articulação com a educação profissional.

Abaixo seguem alguns dados referentes aos indicadores de resultados da política estadual de educação, praticada pela SEDUC:

3.3.1 Fortalecimento do Regime de Colaboração com foco na alfabetização das crianças na idade certa

A Tabela 1, abaixo, apresenta os indicadores referentes ao objetivo de fortalecer o regime de colaboração com foco na alfabetização na idade certa, uma das preocupações constantes das políticas educacionais.

Tabela 1 – Taxa de atendimento das crianças de 4, 5 e 6 anos - Ceará 2007/2011

INDICADORES	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
Taxa de atendimento das crianças de 4, 5 e 6 anos	68,2	73,0	72,0	73,1	88,7	–	30,06%

Fonte: SEPLAG/GPR/RDS 2011

(*) Não era realizado SPAECE-Alfa em 2006, portanto a varia percentual foi calculada 2011/2007.

O indicador “Taxa de atendimento às crianças na faixa etária de 4, 5 e 6 anos” apresenta o percentual da população matriculada na escola, nessa idade ou faixa etária, e cuja responsabilidade cabe ao município.

Segundo os dados apresentados na Tabela 1, pode-se observar que houve um crescimento significativo entre os anos de 2006 a 2010, partindo de um percentual de 68,2 para 88,7%, o que representa um acréscimo no período de 30,06%.

Uma das principais iniciativas dessa política, segundo o RDS-2011, foi a criação dos Centros de Educação Infantil (CEI), os quais, quando concluídos e em funcionamento, proporcionarão a ampliação do acesso e a elevação da qualidade do atendimento a esse segmento da população.

3.3.2 Melhoria da qualidade da educação Básica

Os indicadores referentes à melhoria da qualidade da educação básica no Estado do Ceará são apresentados na Tabela 2 e serão analisados segundo os seguintes sistemas: Sistema IDEB e Sistema SAEB/INEP e Sistema SPAECE/SEDUC.

Tabela 2 - Melhoria da qualidade da educação básica em todos os níveis de ensino - Ceará 2007/2011

INDICADORES	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	2011	Var. (%) 2011/2006
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Estado do Ceará na 1ª fase do ensino fundamental (*)	3,2	3,8	–	4,4	–	4,9	53,13%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Estado do Ceará na 2ª fase do ensino fundamental da rede estadual (*)	3,1	3,5	–	3,9	–	4,2	35,48%
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual no ensino médio (*)	3,0	3,1	–	3,4	–	3,4	13,33%
Média de avaliação de desempenho da língua portuguesa da 3ª série no ensino médio (SAEB) (*) (**)	248,3	249,8	–	255,9	–	261,75	5,42%

Média de avaliação de desempenho de matemática da 3ª série no ensino médio (SAEB) (*) (***)	253,8	257,1	–	258,2	–	264,97	4,40%
Média de avaliação de desempenho da língua portuguesa da 3ª série no ensino médio (SPAECE)	237,8	–	235,4	251,6	260,0	260,4	9,50%
Média de avaliação de desempenho de matemática no ensino médio (SPAECE)	256,7	–	247,9	260,4	259,3	264,6	3,08%

Fonte: SEPLAG/GPR/RDS 2011

(*) O IDEB é realizado em anos ímpares sendo considerados na linha de base os valores de 2005.

(**) Parâmetro desejável do MEC/INEP para o Brasil e Ceará: 350,0

(***) Parâmetro desejável do MEC/INEP para o Brasil e Ceará: 375,0

O IDEB é um índice nacional realizado pelo Ministério da Educação em anos de terminações ímpares, aplicável a todas as regiões do país e às redes escolares, sendo destinado a medir o desenvolvimento educacional do aluno e serve tanto como diagnóstico da qualidade do ensino brasileiro, como orienta as políticas de distribuição de recursos (financeiros, tecnológicos e pedagógicos) do MEC.

O índice aqui em estudo varia de 0 a 10, e segundo o Ministério da Educação, a meta para o índice Brasil em 2021 é a obtenção da nota 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 para os anos finais do ensino fundamental; e 5,2 para o 3ª série do ensino médio.

Como é possível observar os indicadores do IDEB apresentam uma evolução positiva no Estado do Ceará.

Os indicadores do SAEB utilizados para a mensuração da educação no Estado do Ceará são a “média de avaliação de desempenho da língua portuguesa” e a “média de avaliação de desempenho de matemática”, ambos da 3ª série do Ensino Médio. Essas avaliações são realizadas a cada dois anos por meio da aplicação de testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática e Questionários Socioeconômicos a estudantes de 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio. Não só os estudantes, mas também os diretores e professores participam respondendo a questionários socioeconômicos.

Salienta-se que ambos indicadores do SAEB no Ceará tiveram uma variação positiva no período. A média de desempenho em língua portuguesa subiu de 248,3 para 261,75, tendo uma evolução de 5,42%. A média de desempenho de matemática subiu de 253,8 para 264,97, tendo uma evolução de 4,40%. O MEC/INEP estipula como desejável a média de 350,0 para a avaliação de desempenho da língua portuguesa e de 375,0 para a avaliação de desempenho de matemática. O resultado demonstra que o Estado do Ceará está com seus índices abaixo do desejável nessas duas avaliações, apesar de ter apresentado um quadro de evolução.

O indicador do SPAECE está vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Ceará e realiza pesquisas na vertente “Avaliação de Desempenho Acadêmico”, com o objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais.

Essa avaliação, segundo a SEDUC, é uma avaliação externa em larga escala que analisa as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

Apesar do Estado do Ceará ter apresentado uma variação positiva nos indicadores do 3º ano do Ensino Médio do ESPACE, os pontos obtidos não proporcionam uma análise otimista. Na média de avaliação de desempenho da

língua portuguesa, houve uma evolução de 2006 para 2011, passando de 237,8 pontos para 260,4 , refletindo um aumento de 9,50% no período. Todavia, segundo a escala de proficiência nessa disciplina, não houve mudança de nível, permanecendo na situação “crítica” (225 até 275 pontos).

Quando verificamos a média de avaliação de desempenho de matemática, notamos que houve uma evolução de 2006 para 2011, passando de 256,7 pontos para 264,6 , refletindo um aumento de apenas 3,08% no período de cinco anos. Todavia, segundo a escala de proficiência em matemática, não houve mudança de nível, permanecendo também na situação “crítica” (256,7 até 300 pontos).

Passaremos a analisar no tópico seguintes os indicadores do Colégio da PMCE.

4. Análise dos Indicadores de Resultado do CPMCE

Neste Capítulo, será feita uma análise sobre os principais indicadores de desempenho do Colégio da Polícia Militar (CPMCE) de modo que possamos comparar os resultados com os indicadores do sistema de educação pública estadual, bem como do Brasil.

O CPMCE tem demonstrado uma preocupação constante com esses indicadores, pois, de certa forma, refletem o modelo da gestão implementada no colégio e a responsabilidade com os resultados. Os indicadores também auxiliam a administração do colégio no processo de tomada de decisões, sejam essas de cunho administrativo ou pedagógico.

4.1 Aprovações em Instituições de Ensino Superior

Apesar de não constituir de fato um indicador de desempenho da educação no Estado do Ceará nem também do Colégio da Polícia Militar, a aprovação dos alunos em instituições de ensino superior representa uma avaliação informal do desempenho escolar dos alunos. Sabemos que o ingresso em instituições de ensino superior no Brasil é feita por meio de vestibulares ou, mais recentemente, com os

resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e constituem processos seletivos bastante concorridos, mesmo nas instituições particulares.

Tabela 3 – Aprovações em Instituições de Ensino Superios – CPMCE 2007/2012

Instituição	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Universidades Públicas	16	38	52	68	69	60
Universidades Particulares	--	20	20	16	48	41
Instituições Militares	--	4	4	4	--	--
Total	16	62	76	88	117	101

Fonte: CPMCE

Na Tabela 3, podemos acompanhar o número de alunos aprovados nessas instituições no período de 2007 a 2012. Verificamos que, a cada ano observado no período, a quantidade de alunos aprovados aumenta e que, de 2007 para 2012, houve uma evolução geral de 531%.

4.2 Resultados do IDEB no Ensino Fundamental

A tabela abaixo apresenta os resultados do IDEB do Colégio da Polícia Militar no período observado de 2005 a 2011.

Tabela 4 – Resultados do IDEB do Ensino Fundamental – CPMCE 2005/2011

Fases do Ensino	IDEB Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do	5,8	6,1	6,9	7,3	5,8	6,1	6,5	6,7	6,9	7,1	7,3	7,5

EF												
Anos Finais do EF	4,8	5,3	6,3	6,0	4,8	4,9	5,2	5,6	5,9	6,1	6,3	6,6

Fonte: INEP/IDEB - 2011

Observando o período de 2005 a 2011, é possível perceber a evolução desse indicador no Colégio da Polícia Militar nas duas fases do Ensino Fundamental, bem como notar que, em cada ano, o índice observado foi sempre maior que a meta estabelecida pelo INEP. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, podemos ver que, em 2011, o índice alcançado foi de 7,3 e a meta para este ano era de 6,7, portanto superior ao previsto.

Segundo os dados do INEP, com o indicador do IDEB de 7,3 em 2011 para o 5º Ano do Ensino Fundamental, o Colégio da Polícia Militar obteve a melhor avaliação entre toda a rede estadual de ensino, sendo seguido pelo Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, com IDEB 6,8, e a Escola de Ensino Fundamental e Médio Professora Maria Margarida de Castro Almeida, com IDEB 5,3. A Escola de Ensino Fundamental Cristo Redentor, a 10ª colocada no “Rankin” nesse indicador, obteve o IDEB de 4,4.

Quanto ao IDEB do 9º Ano do Ensino Fundamental, o Colégio da Polícia Militar obteve em 2011 o IDEB de 6,0, indicador que o coloca na segunda melhor posição entre as escolas da rede estadual de ensino, ficando atrás somente do Colégio Militar do Corpo de Bombeiros, que obteve IDEB de 6,1. A terceira colocada no “ranking” das escolas da rede estadual foi a Escola de Ensino Fundamental e Médio Patronato Sagrada Família, com IDEB de 5,1. As escolas classificadas em 10º lugar (seis escolas com o mesmo indicador) obtiveram o IDEB de 4,3.

Analisando os resultados do CPMCE no IDEB, podemos perceber que todas as metas projetadas foram atingidas antes do tempo previsto, portanto é de se

concluir que o CPMCE tem demonstrado desempenho educacional bastante satisfatório.

Não foram apresentados os dados do IDEB do CPMCE no Ensino Médio, tendo em vista que essas informações não se encontram disponível no “site” do INEP.

4.3 Resultados do SPAECE

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) é um indicador de resultado da educação de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. A avaliação dos indicadores do SPAECE (foco no ensino médio) no Estado evoluiu de forma positiva entre os anos de 2006 e 2011, conforme os dados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultado do SPAECE – Colégio PMCE – Ensino Médio 2006/2011

Ano	1º Ano EM		2º Ano EM		3º Ano EM	
	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.	L. Port.	Matem.
2006	--	--	--	--	278,9	323,1
2007	--	--	--	--	--	--
2008	279,8	302,4	281,8	308,6	288,9	314,2
2009	301,5	326,9	309,8	335,1	311,9	342,5
2010	310,9	333,2	315,5	345,7	325,8	365,8
2011	306,85	327,92	312,06	341,42	326,49	355,45

Fonte: CPMCE/SEDUC

Nessas condições, o Colégio da Polícia Militar em 2011 apresentou a média de 326,49, portanto, segundo a escala, dentro do nível “adequado” (acima de

325 pontos). No período de 2006 a 2011, o colégio da PMCE nesse indicador evoluiu 17,1%, portanto quase o dobro do que evoluiu o indicador no Estado, que foi de apenas 9,5%.

Consideremos agora os dados do SPAECE apresentados pelo Colégio da Polícia Militar. Podemos observar que o 3º Ano em 2011 apresentou a média de 355,45, portanto dentro do perfil “adequado” conforme escala respectiva, bem superior, todavia, à média do Estado. No período de 2006 a 2011, a evolução do SPAECE no Colégio da PMCE foi de 8,40%, superior ao dobro do que evoluiu o Estado (3,08%).

Assim, podemos concluir que o Colégio da PMCE apresenta resultados de desempenho em evolução e que suas médias estão dentro de um nível adequado de desenvolvimento; portanto, como se pode observar, acima dos padrões do Estado.

4.4 Resultados do ENEM

Esses foram os resultados apresentados pelo Colégio da Polícia Militar do Ceará no Exame Nacional do Ensino Médio, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Nesta tabela, também é feita uma comparação com as médias alcançadas pelo Estado do Ceará e pelo Brasil para que possamos fazer uma análise da evolução dos indicadores.

Tabela 6 - ENEM – Resultado do Desempenho – Média do CPMCE, Média das Escolas Públicas do Estado do Ceará e Média Nacional/todas as redes de ensino – 2009/2011

Ano	Média CPMCE	Média Ceará (*)	Média Nacional (**)
2009	596,51	448,8	501,58
2010	601,02	-	511,21
2011	579,66	449,5	519

(*) Considerando as escolas públicas estaduais/Ceará

(**) Considera todas as redes de ensino: federal, estadual, municipal e privada.

Fonte: IPECE/INEP/MEC

As notas consideram as médias obtidas pelos alunos de cada escola que participaram do ENEM em todas as provas objetivas, que englobam ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e códigos, matemática e redação.

Apesar de registrar uma diminuição da média de 2009 para 2011, nota-se que a média do ENEM do CPMCE esta bem acima da média das escolas públicas estaduais bem como acima da média nacional observada no período de 2009 a 2011.

5 Pesquisa – Métodos e Resultado

5.1 Metodologia

A pesquisa foi realizada entre os dias 21 e 30 de novembro de 2012, tendo como público-alvo os professores e os pais de alunos do Colégio da Polícia Militar , sendo realizada por meio de dois questionários distintos destinados separadamente a esses dois públicos.

A amostra para a aplicação do formulário aos pais foi de aproximadamente 10% do número de alunos em cada série/ano e a de professores, a amostra obtida foi de 30% do total de 105 professores.

5.2 Principais Resultados da Pesquisa

5.2.1 Pesquisa realizada com os pais de alunos

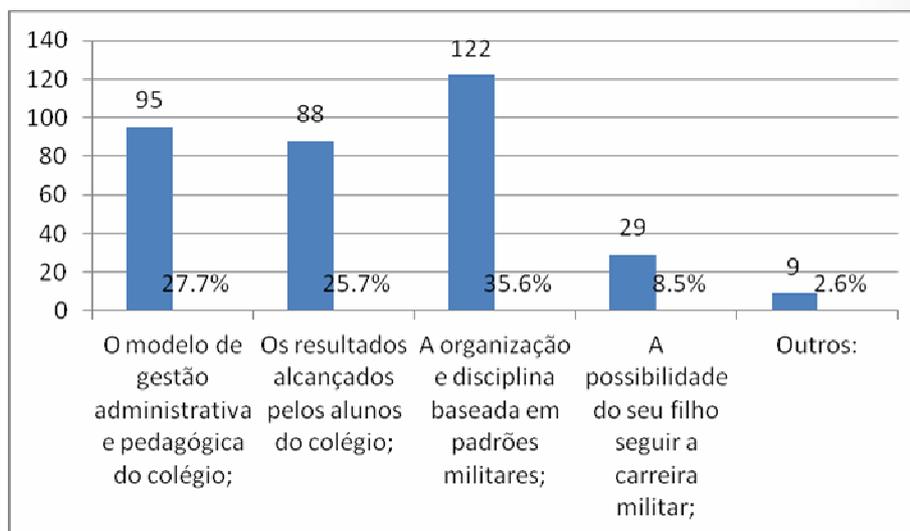
Quanto a motivação pela escolha do Colégio da Polícia Militar pelos pais, as respostas foram compiladas no Gráfico1 , o qual demonstra o pensamento das 165 famílias pesquisadas. Nesta questão, a família poderia escolher mais de uma opção.

A pesquisa aponta para o fato de que a opção mais escolhida pelas famílias foi a que se refere à organização e à disciplina do colégio, que são

baseadas em padrões militares, com 73,9%, o que corresponde a 122 famílias. Em seguida, pela ordem de resultados foram motivos relevantes o “modelo de gestão administrativa e pedagógica” do colégio (57,6%) e os “resultados alcançados pelos alunos” com 53,3% das observações.

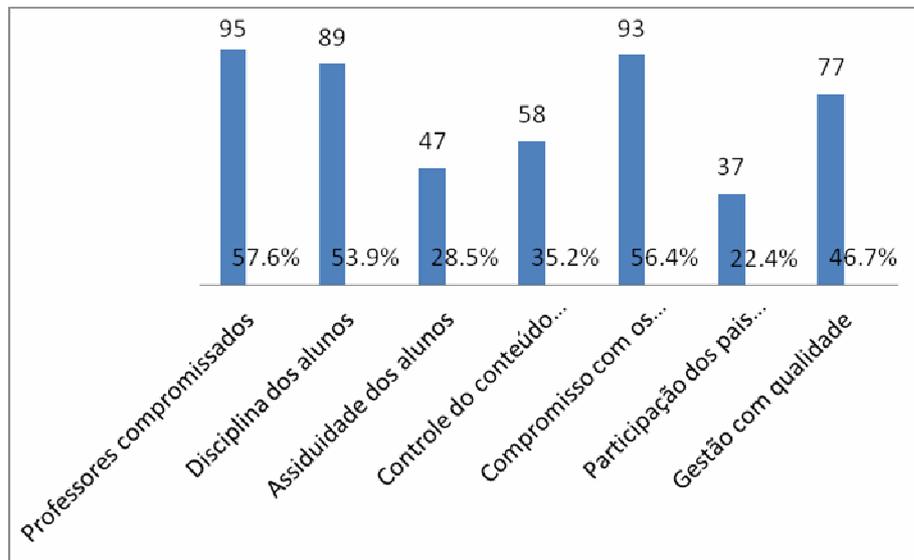
Um dado interessante no resultado dessa questão é o fato de que, apesar de 73,9% das famílias ter apontado como uma das motivações a “organização e a disciplina baseada em padrões militares”, apenas 17,6% delas marcaram a opções “possibilidade de o filho(a) seguir a carreira militar”.

Gráfico 1 – Motivação pela Escolha do CPMCE pelos Pais



Fonte: Pesquisa (o autor)

Outra questão destinada aos pais pede para que eles identifiquem princípios previstos na LDB que são observados por eles no Colégio da Polícia Militar. Assim como na questão anterior, aqui também a família poderia escolher mais de uma opção, como também não marcar qualquer opção.

Gráfico 2 - Princípios da LDB/96 Observados pelas Famílias no CPMCE

Fonte: Pesquisa (o autor)

O destaque aqui está para o fato de que o maior índice foi para o empenho dos professores “professores comprometidos”, com 57,6%; ou seja, das 165 famílias pesquisadas, 95 marcaram esse princípio, seguido do “compromisso com os resultados dos alunos” (56,4%, representando 93 famílias) e a “disciplina dos alunos” (53,9%, representando 89 famílias).

O princípio “Gestão com qualidade” foi indicado por 46,7% das famílias, demonstrando uma aceitação relevante para esse quesito.

É importante frisar também que o item menos observado foi a “participação dos pais” nas atividades do colégio, sendo assinalado por apenas 37 das 165 famílias pesquisadas, que corresponde a 22,4%.

5.2.2 Pesquisa realizada com os professores

Foi perguntado aos professores se eles já haviam lecionado em outros colégios da rede pública de ensino antes da sua atividade no Colégio da Polícia Militar. Os dados apontam que 87% dos professores afirmaram que “sim”, que já haviam lecionado em outros colégios, e 13% disseram que não.

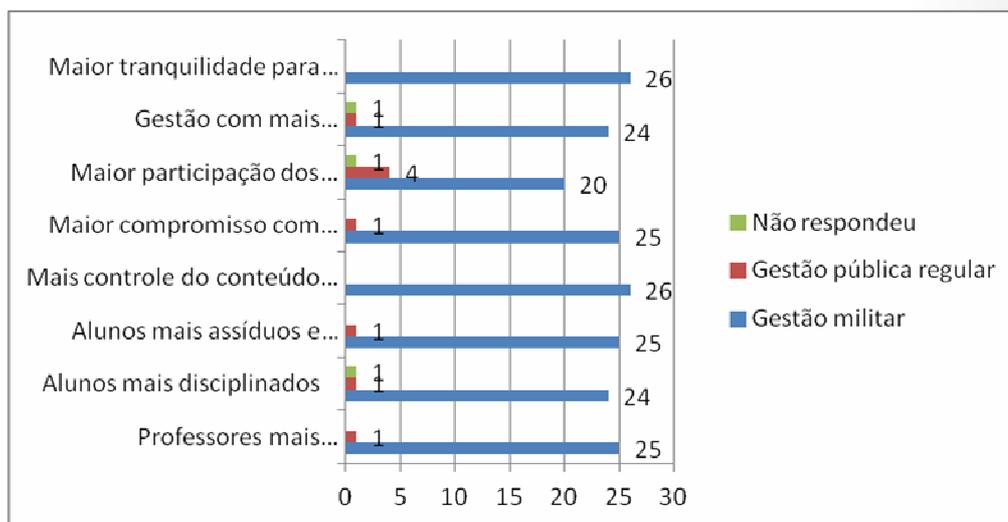
Tabela 7 – Professores que já lecionaram em outros colégios da rede pública

Sim	26	87%
Não	4	13%
TOTAL	30	100%

Fonte: Pesquisa (o autor)

É importante frisar aqui que a grande maioria dos professores do Colégio da Polícia Militar já tiveram experiências em outras escolas públicas, portanto possuem condições de avaliar com certa propriedade os modelos de ensino praticados nessas escolas públicas.

Quanto aos professores que lecionaram em outros colégios públicos (um total de 26) foi solicitado que eles apontassem onde eles observavam o item com maior ênfase, se no Colégio da Polícia Militar (Educação Pública/Gestão Militar) ou na rede pública regular de ensino (Educação Pública/Rede Regular).

Gráfico 3 – Visão dos Professores sobre a Gestão

Fonte: Pesquisa (o autor)

Dos 26 professores pesquisados, 25 (ou 96,15%) afirmaram que na “Gestão Militar” os professores são mais comprometidos, os alunos são mais

assíduos e existe compromisso com os resultados dos alunos mais do que na gestão da rede regular de ensino público.

Todos os professores foram unânimes em afirmar que, na escola pública com gestão militar, existe maior tranquilidade para exercer as atividades docentes e que também há um maior controle do conteúdo ministrado em sala de aula.

Também é importante analisar que 24 professores (92,30%) avaliaram que, na gestão militar, os alunos são mais disciplinados e que a gestão tem mais qualidade e eficiência do que na rede regular de ensino.

Quanto à participação dos pais, 20 professores (77%) disseram que, na gestão militar, existe uma maior participação dos pais na vida do colégio em relação à rede regular de ensino público.

De modo geral, podemos concluir que os professores avaliaram que, na gestão militar, os itens observados na questão são mais observados do que na rede regular de ensino.

5.3 Considerações finais sobre os resultados

A pesquisa proposta neste capítulo teve como objetivo avaliar a visão dos pais e dos professores sobre o Colégio da Polícia Militar. Considerando essa instituição como um colégio público, portanto, fazendo parte do contexto da educação estadual, podemos dizer em princípio que o Colégio da PMCE goza de boa credibilidade diante da comunidade e do corpo docente pelo que representa no âmbito das escolas públicas.

É possível concluir que essa credibilidade conquistada pelo CPMCE esteja relacionada diretamente ao esforço conjunto da gestão do colégio e do corpo docente, que têm implementado ações e iniciativas capazes de produzir mudanças favoráveis a educação e resultados.

Podemos observar também que existe uma sintonia entre os objetivos do colégio previstos na legislação que o criou e os resultados da gestão implementada

pela direção, não somente no aspecto administrativo, como também pedagógico, o que reforça a ideia de oferecer uma educação pública de melhor qualidade aos seus alunos. Os resultados apontam para isto, pois, como foi possível observar, tanto os pais dos alunos como os professores de modo geral fizeram uma avaliação positiva do CPMCE, considerando os pontos abordados neste trabalho.

Considerações Finais

Após as análises feitas neste estudo, é possível avaliar que o Estado do Ceará tem alcançado resultados significativos na área da educação nos últimos anos. Nota-se que houve a implementação de iniciativas objetivando aumentar a efetividade da aprendizagem dos alunos. Todavia os resultados na educação não dependem somente da gestão e dos investimentos por parte do governo, é necessária também uma conscientização e um envolvimento maior da coletividade no processo educacional de modo que a educação seja vista como uma forma de desenvolvimento completo da pessoa, não se limitando tão somente a transmissão do conhecimento.

Hoje, a estrutura e a doutrina do ensino público no Brasil estão em processo de constante aperfeiçoamento, consolidadas numa lei nacional, apesar de todos os percalços vividos ao longo da história recente da Nação. A nova LDB representa para o povo brasileiro um grande avanço e a possibilidade de uma educação mais democrática e humana, baseada em princípios como descentralização, autonomia das escolas, flexibilização da gestão, participação da coletividade, estabelecimento de competências para a União, Estados e municípios, entre outros.

O Estado do Ceará, na persecução das diretrizes da LDB/96, também implementou grandes mudanças no seu sistema de educação, principalmente objetivando fortalecer a universalização (educação para todos) e a educação de qualidade.

Quanto ao Colégio da Polícia Militar, podemos concluir que, apesar da sua autonomia e da gestão própria, encontra-se integrado ao sistema estadual de ensino e seu regular funcionamento depende da autorização e do reconhecimento perante o Conselho Estadual de Educação do Estado.

Na busca por melhores resultados na educação observamos que existe uma relação estreita da administração pública atual praticada no Estado do Ceará com os princípios da Gestão por Resultado, como ficou conhecida a administração gerencial baseada nos resultados e com foco em padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade. Durante o desenrolar desta pesquisa, tive a oportunidade de consultar os “sites” dos principais órgãos da administração estadual, como da Secretaria de Planejamento e Gestão e da própria Secretaria de Educação e neles pude observar, além da divulgação dos resultados por meio de relatórios de desempenho, que existe uma preocupação com as metas, os indicadores e as ações a serem desempenhadas.

Baseado na análise dos resultados da educação do Ceará, podemos observar que houve melhora nos principais indicadores, refletindo o aspecto positivo das iniciativas e ações efetivadas pelo poder público. Indicadores expressivos, como IDEB, SPAECE, SAEB, observados no período de 2007 a 2011, tiveram avaliações positivas com melhorias consideráveis.

Observando os indicadores de resultado do Colégio da Polícia Militar, verifica-se que eles apresentam resultados satisfatórios, inclusive tendo, em 2011, obtido a melhor média do ENEM entre as escolas do sistema de ensino público do Estado do Ceará. Quanto aos dados do SPAECE, podemos concluir que o Colégio da PMCE apresenta resultados de desempenho em evolução e que suas médias estão dentro de um nível adequado de desenvolvimento e acima dos padrões do sistema de ensino do Estado.

Quanto ao resultado da pesquisa realizada com os pais de alunos, alguns dados são importantes e merecem uma avaliação mais criteriosa. A pergunta sobre os motivos que levaram os pais a escolherem o CPMCE para os seus filhos os três

itens mais apontados foram, nesta ordem: o modelo de organização e disciplina baseado em padrões militares, o modelo de gestão administrativa e pedagógica do colégio e os resultados alcançados pelos alunos do CPMCE.

Outro resultado interessante da pesquisa com os pais de alunos procurou saber quais princípios previstos na LDB poderiam ser observados por eles no Colégio da Polícia Militar, tendo sido os três itens mais votados na ordem: professores compromissados, compromisso da escola com o resultado dos alunos e disciplina dos alunos.

Sobre a pesquisa feita com os professores, merece destaque a opinião dos professores sobre a gestão escolar militar comparativamente com a gestão em outras unidades de ensino público onde eles já haviam trabalhado. Segundo o resultado dessa pesquisa, os itens foram analisados com mais ênfase para a gestão militar.

Assim, como ficou evidenciado, o Estado do Ceará tem priorizado a educação como política de governo, principalmente a partir de 1996, com a implementação das diretrizes da LDB e, posteriormente, com a inovação gerencial baseada nos conceitos de GPR. É visível o esforço do setor público estadual para melhorar os indicadores de resultados da educação, o que, de fato, vem acontecendo, pois a análise dos principais indicadores aponta para uma evolução positiva, refletindo a efetividade do setor.

Vê-se que, além do aumento de recursos para o setor da educação, que é fundamental para a eficiência e a efetividade do ensino, ficou patente também a necessidade do Estado em adotar novas estratégias educacionais, visto que só os aumentos nos investimentos não garantem uma melhora nos indicadores da educação. Essas novas estratégias estariam relacionadas a dois fatores essenciais, os quais estão alinhados com a doutrina e a filosofia da nova educação: qualificação e capacitação profissional dos profissionais da educação, com a justa valorização do trabalho e da remuneração, e o envolvimento da sociedade no processo educacional.

Por fim, concluímos que o poder público estadual tem proporcionado uma nova visão gerencial da aplicação dos recursos públicos na educação, bem como uma maior transparência, o que tem possibilitado uma maior efetividade da educação, e que o Colégio da Polícia Militar, foco deste estudo, apresenta-se não como um modelo a ser seguido, tendo em vista as suas peculiaridades, mas que de lá é possível tirar muitas experiências administrativas e pedagógicas exitosas que podem contribuir para melhorar as condições de professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, principalmente na rede estadual de ensino.

Referências

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas.**

Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em:

<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 13 set. 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. SAEB/Prova Brasil 2011. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/SAEB_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf Acesso em 17/11/2012.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

_____. **Lei Nº 12.999, de 14 de janeiro de 2000.** Autoriza a criação de Colégios Militares na Polícia Militar do Estado do Ceará e no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

_____. **Decreto Nº 26.052, de 10 de Novembro de 2000.** Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento dos Colégios Militares estaduais e dá outras providências.

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão. Coordenadoria de Planejamento Orçamento e Gestão. **Gestão Pública por Resultados – GPR – Relatório de Desempenho Setorial – RDS 2011**. Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC. 2012. Disponível em http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/desempenho-setoriorial-2011/SEDUC-RDS_2011.pdf Acesso em 15/11/2012.

_____. Secretaria da Educação. Boletim de Resultado da Escola – SPAECE 2010. Ensino Médio. Disponível em http://www.spaece.caedufjf.net/repositorio/spaece/pdf/BOLETIM_SPAECE_LP_E_M_2010_VOL3.pdf Acesso em 27/11/2012.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. 5. ed. São Paulo. Cortez. 2006.

FREITAS NETO, José Alves; TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo. Harbra, 2006.

JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. **História da Educação Brasileira**. São Paulo. Cortez. 2006.

HOLANDA, Marcos Costa, et al l. **Ceará – A prática de uma gestão pública por resultados**. Fortaleza. IPECE, 2006.

NASPOLINI, Antenor. **A reforma da educação básica no Ceará**. *Estudos Avançados*, Ago 2001, vol.15, no.42, p.169-186. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Disponível em 13 set. 2012.

RAMAL, Andrea Cecília. **A nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (LEI 9.394/96): Destaques, avanços e problemas. Salvador: Revista de Educação CEAP, ano 5, no. 17, junho de 1997, p. 05 – 21. Disponível em [.http://www.pedroarrupe.com.br/upload/ldbceap.pdf](http://www.pedroarrupe.com.br/upload/ldbceap.pdf) . Acesso em 12 set. 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 4. ed. São Paulo. Cortez. 1984.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete.** Rio de Janeiro: Revan; 2001.